

**DIRETORIA LEGISLATIVA
CONSULTORIA LEGISLATIVA**

ORIGEM: COMISSÃO EXTERNA DA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA NOVA TRANSNORDESTINA (CEXTRANS)

TIPO DE TRABALHO: INFORMAÇÃO TÉCNICA

ASSUNTO: Audiência pública realizada em 25/02/2016, com a participação do Banco do Nordeste (BNB) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), para tratar das obras da ferrovia Nova Transnordestina.

CONSULTOR: ROSE MIRIAN HOFMANN

DATA: 20/04/2016

Palestrante:

Sr. Zerbini Guerra de Medeiros – Superintendente de Administração e Recuperação de Crédito, representando o presidente do Banco do Nordeste (BNB).

Sr. Paulo Dias Campelo – Auditor-Geral da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Tema: Discutir os aportes de recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), gerido pela Sudene, na obra da ferrovia Nova Transnordestina.

Data: 25/02/2016

O Deputado Raimundo Gomes de Matos deu início à audiência comunicando o recebimento do Aviso nº 6 do Ministério dos Transportes, em resposta ao Requerimento de Informação nº 1.443/2015 sobre a ferrovia Nova Transnordestina. O material recebido foi enviado aos membros da Comissão por meio do Ofício Circular nº 01/2016.

Informou ainda que o Tribunal de Contas da União (TCU) enviou à Comissão a cópia digital do Acórdão 277/2016-TCU-Plenário, de 17 de fevereiro de 2016, acompanhado do respectivo relatório e voto, bem como do relatório de fiscalização TC-010453/2014-8.

Deu-se início às exposições com a fala do Sr. Paulo Dias Campelo, Auditor-Geral da Sudene, que buscou demonstrar o papel e as responsabilidades daquela entidade no aporte de recursos da ferrovia Nova Transnordestina.

Segundo ele, a Sudene, enquanto gestora do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), integra a engenharia financeira montada para que o referido projeto atinja seu êxito. Afirmou que a Superintendência participa atualmente com 52% do valor do contrato, ou seja, do total de R\$ 7,5 bilhões, participa com R\$ 3,876 bilhões (dos quais já foram liberados R\$ 3,065 bilhões). Os dados seguem esquematizados no Quadro 1.

Nos trechos visitados, os principais aspectos observados foram:

1. Trecho entre Arcoverde e Suape/PE – lotes 06, 07, 08 e 09 – não iniciaram as obras (infraestrutura, superestrutura e de arte);
2. Trecho entre Missão Velha/CE e o Porto de Pecém/CE – lotes 04 a 11 – não iniciaram as obras (infraestrutura, superestrutura e de arte);
3. Falta a imissão de posse nos lotes 08 e 09 no trecho de Salgueiro a Suape/PE;
4. Atualmente a obra conta com 3.928 funcionários (empregos diretos e indiretos), de acordo com informação do Ministério dos Transportes.

Justificou que, naquele momento, não poderia reportar se foi encontrada alguma irregularidade nas obras, tendo em vista que o trabalho ainda não foi concluído.

A partir daí, apresentou uma série de registros fotográficos das obras para demonstrar que os recursos liberados estão sendo efetivamente aplicados. Segundo ele, trechos com obra paralisada têm como motivo fatos supervenientes, como a falta de conclusão do processo de desapropriação, necessidade de atendimento às exigências de quilombolas, entre outros. Com isso encerrou a apresentação e se colocou à disposição para questionamentos.

O Deputado Júlio César perguntou, então, sobre a origem dos R\$ 7,5 bilhões mencionados, deduzidos aqueles oriundos do FDNE, já que a Sudene participa apenas com 52% desse total. O expositor passou a palavra ao representante do BNB, Sr. Zerbini Guerra de Medeiros, que poderia explicar com mais detalhes.

Segundo o BNB, do total de R\$ 7,5 bilhões, R\$ 3,8 bilhões são oriundos do FDNE, e outros R\$ 180 milhões são do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), operado pelo próprio Banco.

Além destes, citou outras fontes de recurso, quais sejam²:

- BNDES com 3%;

² O palestrante alertou serem percentuais com arredondamento.

- FINOR com 15%;
- CSN (via BNDES) com 15%;
- CSN (recursos próprios) com 10% e
- Valec com 3%.

Lembrou que há informações recentes de que o valor da obra chegará aos R\$ 11 bilhões, mas que esse valor ainda não foi objeto de parecer técnico por nenhum órgão público para sua validação. Adicionalmente, informou que existe um acordo de investidores pactuado em 2013, no qual consta os valores que superarem a estimativa de R\$ 7,5 bilhões serão assumidos pelos entes privados que fazem parte deste projeto.

O Deputado Raimundo Gomes de Matos fez então uma indagação a respeito da previsão contratual de reajuste dos valores pactuados. Originalmente se previa a adoção do índice da Fundação Getúlio Vargas (IGP), mas em um dos aditivos consta a previsão de reajustes automáticos a cada 5 anos, de acordo com a variação do IPCA. Perguntou se o reajuste passa pelo crivo de algum Conselho que faz uma aferição prévia do cumprimento das metas, ou se ele realmente se dá de forma automática.

O Sr. Zerbini assegurou que, na parte que cabe ao BNB e à Sudene, “o valor contratado é o valor que será efetivamente desembolsado até o término da obra”, não havendo qualquer ajuste inflacionário no valor pactuado com o FDNE. Ponderou que essa questão poderia ser melhor esclarecida pela ANTT ou pelo MT e lembrou que, nos termos do acordo de investidores, essa atualização orçamentária, salvo engano, estaria sendo bancada pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

A outra indagação do Deputado Raimundo Gomes de Matos referiu-se ao mecanismo de liberação dos recursos. Segundo o Sr. Paulo Dias Campelo, o processo tem início na empresa responsável pela implantação do projeto, que precisa comprovar a devida aplicação dos valores liberados anteriormente. Este relatório de desempenho é apreciado pelo BNB, que tem uma equipe preparada para tal. Após a validação da documentação apresentada pelo proponente, o Banco solicita autorização de liberação para a Sudene, enviando-lhe, para embasar sua decisão, um relatório de acompanhamento.

A partir da análise de conformidade desse relatório é que a Sudene toma a decisão, por meio de sua Diretoria Colegiada da Sudene, a qual pode autorizar ou não o BNB a repassar o recurso ao empreendimento. Destacou que o valor não é repassado diretamente à empresa responsável pela implantação do projeto, mas sim aos fornecedores indicados por ela, cuja documentação comprobatória é previamente analisada pela equipe de fiscalização do BNB. É assim que ocorrem as liberações, que são periodicamente auditadas para aferir sua aplicação.

O Deputado Raimundo Gomes de Matos observou, com base na exposição, que não há uma visão holística da obra no processo de liberação de recursos, o que compromete o risco de sua execução.

O Sr. Paulo Dias Campelo justificou que esse acompanhamento mais amplo permanece a cargo da ANTT, tendo em vista que a atuação da Sudene tem um nível de atuação mais restrito, focado tão somente nos recursos do FDNE.

O Deputado Júlio César fez ponderações sobre a progressiva perda de prestígio do desenvolvimento regional do Nordeste quando comparado à atenção dada a outras áreas, a exemplo da Zona Franca de Manaus. Destacou, ainda, a inexpressividade da participação de recursos privados na composição de recursos da obra. Mostrou-se surpreso, ainda, com a informação de que quem aprova hoje a liberação de recursos é a Diretoria Colegiada e não mais o Conselho Deliberativo como era antes.

Sobre este último tópico, o Sr. Paulo Dias Campelo registrou uma alteração promovida no Regimento Interno daquela entidade, que delega tais poderes à Diretoria Colegiada. Para garantir a transparência dos atos, tudo é formalizado por meio de resoluções disponibilizadas na *internet*.

Na sequência, traçou-se um diálogo sobre os atuais mecanismos utilizados para garantir o desenvolvimento da região Nordeste, bem como sobre a necessidade de fortalecer instituições como a Sudene e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Denocs).

No que se refere à interferência da população local nas obras, o Deputado Raimundo Gomes de Matos citou o caso de alunos que tiveram seu caminho para a escola interrompido pela construção da ferrovia e

hoje precisam andar mais de 2 km a pé. Casos como esse fazem com que a população adote soluções paliativas para amenizar as perturbações inerentes à convivência com o empreendimento, o que denota um descompasso entre a execução da obra e o cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias para os impactos sociais.

Destacou, novamente, a necessidade de convergência das ações dos diferentes órgãos envolvidos no processo, sejam eles reguladores, fiscalizadores ou financiadores, cujas atividades têm sido executadas de forma individualizada e sem integração.

Citou um dos relatórios do TCU que teria sido enviado à Sudene, embora esta negue ter conhecimento sobre seu conteúdo. Da mesma forma mencionou relatório daquele Tribunal com diligências ao BNB, que também alega desconhecer tal fato.

Diante disso, o representante da Sudene pediu para ter acesso ao referido relatório, a fim de que a Superintendência possa apurar o ocorrido.

O Sr. Zerbini, por fim, agradeceu a oportunidade e colocou-se à disposição para esclarecimentos sempre que houver necessidade.

Com esse desfecho, o Deputado Raimundo Gomes de Matos agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública.

Consultoria Legislativa, em 20 de abril de 2016.

ROSE MIRIAN HOFMANN
Consultora Legislativa